

## TRANSFORMAÇÕES EM CURSO NO ESPAÇO RURAL: ALGUMAS REFLEXÕES A PARTIR DO CONCEITO DE RURALIDADE

Elias Oliveira NORONHA<sup>1</sup>

Rosângela Aparecida de Medeiros HESPANHOL<sup>2</sup>

**Resumo:** As transformações em curso no continente europeu têm suscitado emergentes análises sobre a relação campo-cidade, favorecendo amplamente a promoção de debates em relação ao uso corrente das categorias espaciais tradicionais (rural e urbano) e, sobretudo, na crise explicativa do conceito de ruralidade e na identificação de uma nova ruralidade. Neste texto, procura-se apresentar uma análise do conceito de ruralidade e sua aplicabilidade ao contexto europeu e também latino americano.

**Palavras-Chave:** Relação Campo-Cidade; Urbanização da Sociedade; Ruralidade e Nova Ruralidade.

**Resumen:** Las transformaciones en el continente europeo han suscitado emergentes análisis sobre la relación campo-ciudad, lo que favorece la promoción de debates sobre el uso corriente de categorías espaciales tradicionales y, sobretudo, en el crisis del concepto de ruralidad y en la identificación de una nueva ruralidad. Por lo tanto, es objetivo presentar un análisis del concepto de ruralidad y su aplicabilidad al contexto europeo y también latinoamericano.

**Palabras Clave:** Relación Campo-Ciudad; Urbanización de la Sociedad; Ruralidad y Nueva Ruralidad.

### 1 – Introdução

A emergência de noções genéricas à compreensão das transformações em curso no espaço rural europeu tem contribuído intensamente para a discussão da dinâmica campo-cidade, favorecendo de um lado, na construção de novos conceitos e, de outro, na discussão e validade de velhas noções e categorias que reforçam uma análise dicotômica entre essas duas realidades socialmente construídas.

Esse texto possui dois objetivos: primeiro, problematizar algumas questões referentes à relação campo-cidade tendo como pano de fundo as recentes transformações em curso no espaço rural europeu, confirmando o uso corrente da noção de nova ruralidade e, segundo, propor alguns questionamentos sobre a aplicabilidade dessa noção ao contexto latino americano desde os anos 1990 com a divulgação de estudos rurais cuja base interpretativa e também comparativa consistia na realidade européia.

Parte-se da premissa de que tais questionamentos permitem compreender o conjunto de processos que conformam a intensificação das relações entre duas estruturas espaciais complexas (campo e cidade). Contudo, defende-se que a noção de ruralidade constitui-se, ainda, num caminho interpretativo das especificidades do espaço rural e de sua relação com o ‘mundo urbano’.

O texto foi dividido, além dessa introdução, das considerações finais e da bibliografia utilizada, em duas partes. Na primeira, procurou-se delinear alguns aspectos sobre a aplicabilidade da noção de nova ruralidade nos contextos europeu e latino americano. Essa reflexão, ainda que de cunho teórico, desafia conteúdos e temas que viraram ‘moda’ no

<sup>1</sup> Mestre em Geografia - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. e-mail: noronhaunesp@gmail.com.

<sup>2</sup> Professora dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Coordenadora do Grupo de Estudos Dinâmica Regional e Agropecuária (GEDRA), e-mail: medeirosshespanhol@yahoo.com.br.

âmbito das pesquisas rurais nos anos 1990. Ao abordar alguns desdobramentos das mudanças no espaço rural, como é o caso da pluriatividade, instiga-se a veracidade e aplicabilidade no contexto dos países latinos, com destaque ao Brasil e a Argentina.

Na segunda parte é apresentada uma análise do conceito de ruralidade a partir de duas concepções teóricas: uma primeira que a identifica como sinônimo de rural e, uma segunda, que a compreende a partir das manifestações e identidades sociais construídas no/do espaço rural. A partir dessa leitura do conceito de ruralidade são propostos dois caminhos interpretativos do conjunto de mudanças ocorridas no campo.

## 2 – Nova Ruralidade e sua Aplicabilidade no Contexto Europeu e Latino Americano

As transformações em curso no continente europeu têm suscitado emergentes análises sobre a relação campo-cidade, favorecendo amplamente a promoção de debates em relação ao uso corrente das categorias espaciais tradicionais (rural e urbano) e, sobretudo, na crise explicativa do conceito de ruralidade e na identificação de uma nova ruralidade.

Essas mudanças, em seu conjunto, com destaque a valorização da natureza e sua associação ao rural enquanto paisagem a ser consumida, deve ser compreendida no contexto das reformas da Política Agrícola Comum, iniciadas nos anos 1990 (CONTINI, 2004). Tais reformas, consubstanciadas na necessidade de rever a política agrícola europeia e na resolução dos problemas da superprodução agrícola, resultou no surgimento e também no reconhecimento de alguns temas importantes para a análise da dinâmica do espaço rural nesse referido contexto socioespacial.

Nessa perspectiva, é possível destacar três pontos. O *primeiro* está relacionado à incorporação do conceito de multifuncionalidade, o que propiciou a leitura do rural como categoria territorial em que há o predomínio da atividade agrícola, porém não de forma exclusiva. O *segundo* ponto, por sua vez, diz respeito à inclusão da natureza no âmbito das políticas de desenvolvimento rural e, em especial, em seu consumo por parte da crescente demanda urbana. O *terceiro* ponto está associado ao uso da noção de pluriatividade para caracterizar o fenômeno de diversificação produtiva por parte de membros das famílias rurais. Como forma de melhor trabalhar essa mudança no espaço rural europeu dar-se-á maior atenção ao terceiro e último aspecto, ou seja, a pluriatividade.

Para Schneider (1999), dentre os fatores que contribuíram para o reconhecimento da noção de pluriatividade no debate acadêmico europeu destacam-se: a) a imprecisão do termo *part time farming*, pois dificultava a separação do trabalho do operador principal; b) a noção de pluriatividade enfoca a propriedade familiar e não apenas o chefe da propriedade; e c) as reformas da PAC (Política Agrícola Comum). Segundo esse mesmo autor, esse termo vem sendo utilizado para “(...) descrever o processo de diversificação que ocorre dentro e fora da propriedade, bem como apontar a emergência de um conjunto de novas atividades que tomam lugar no meio rural (p. 185)”.

Assim, o reconhecimento por parte dos organismos franceses da noção de pluriatividade na organização das políticas de desenvolvimento rural e a incorporação do conceito de multifuncionalidade pelos países membros da União Europeia, conformam, de um lado, a valorização do campo e, de outro, a afirmação do rural enquanto espaço em que se desenvolvem as ruralidades e, no período atual, de expansão das urbanidades. Tais elementos favorecem, em sua totalidade, a leitura do rural a partir de uma nova dinâmica em constante transformação.

Dessa forma, assevera-se que o recente interesse pela dinâmica do espaço rural e sua associação com o natural contribuiu de maneira intensa ao rompimento e dissolução da idéia de rural como sinônimo de agrícola, permitindo, assim, uma leitura territorial do campo, de

suas identidades, de suas relações, de suas especificidades e de suas construções sociais. Essa mudança paradigmática rompe com alguns dos ideais do pensamento moderno, propondo, principalmente aos pesquisadores do mundo agrário, outros desafios à temática da relação campo-cidade.

Tais desafios, além de aludir novos caminhos e referenciais teóricos, suscitam uma necessária revisão metodológica que responda as especificidades do contexto socioespacial dos países latinos e não apenas uma simples transposição teórico-conceitual da realidade européia. Além disso, esses desafios colocam em cheque velhas análises dicotômicas e favorecem a busca das complementaridades existentes entre o campo e a cidade.

De fato, percebe-se que as dualidades do pensamento moderno ratificaram a identificação da agricultura como único elemento definidor da ruralidade, o que reforçou as distâncias e as fronteiras existentes entre campo e cidade, uma vez que o centro das discussões tinha a cidade como lócus de um projeto de desenvolvimento, exclusivamente linear.

Sendo assim, as mudanças em curso no continente europeu suscitam, de maneira ininterrupta, um processo de renovação de um pensamento que até meados dos anos 1990 foi predominante, propiciando, notadamente, o surgimento de novos conceitos e noções emergentes, como é o caso da pluriatividade, da multifuncionalidade do espaço rural e da nova ruralidade.

Não obstante, sem uma coesa preocupação teórica, muitos conceitos foram importados ao entendimento de distintas realidades socioespaciais. No caso brasileiro, esse ‘processo de importação teórica’ ocorreu, principalmente, a partir dos anos 1990, quando pesquisas acadêmicas passaram a demonstrar a importância econômica das atividades e rendas não-agrícolas no meio rural e na identificação da produção agrícola familiar como principal agente do desenvolvimento rural (geração de emprego, geração de renda, produção de alimentos e conservação do meio ambiente).

No âmbito dos países latinos é possível, a partir das contribuições de Teubal (2001), identificar a conformação de uma nova ruralidade tendo em vista o processo de internacionalização do capital e expansão das relações capitalistas de mercado, ou seja, da globalização financeira. Para o autor, esse processo resulta de um lado, na ‘descampanización’ e, por outro, na transformação de produtores tradicionais em importantes comerciantes de produtos destinados a exportação, sobretudo em relação ao comércio de frutas.

Para Teubal (2001), esse complexo processo de consolidação de um sistema agroalimentário mundial, sob o comando de grandes empresas e corporações transnacionais, está transformando o espaço rural na América Latina. Na perspectiva desse autor, esse processo aponta para o surgimento de uma ‘nova ruralidade’ como também “(...) al empobrecimiento e incluso la desaparición de los tradicionales actores sociales del medio rural: campesinos, medianos y pequeños productores agropecuarios, trabajadores rurales, etcétera” (TEUBAL, 2001, p. 61).

De maneira geral, o resultado desse desigual processo de internacionalização econômica é o reconhecimento, por parte da intelectualidade e de organismos públicos, das distintas estratégias de reprodução social e econômica desenvolvida por pequenos produtores rurais familiares, ganhando, de maneira expressiva, o uso corrente da noção de pluriatividade como forma explicativa das mudanças ocorridas no mundo do trabalho, em especial, no campo.

Por conseguinte, as transformações ocorridas na economia mundial têm repercutido veemente nas diversas formas de trabalho no campo e na cidade (totalidade do trabalho), seja com o aprofundamento das relações capitalistas de produção (desenvolvimento das forças produtivas calcadas no modelo flexível), seja com as políticas econômicas de inclusão

controlada e excludente, o que cria entraves a emancipação do trabalho enquanto expressão de produção social e de valor.

No caso específico do Brasil, do Uruguai e da Argentina, os estudos que buscam compreender o fenômeno da pluriatividade apresentam distintas fundamentações teóricas que, em seu conjunto, possuem aspectos comuns, dando destaque, a valorização de uma abordagem econômico-social das estratégias de reprodução da produção agrícola familiar como forma de sobrevivência desse segmento produtivo no campo.

Com base nos estudos revisados nos três países ficou evidente que alguns temas aparecem como norteadores das principais mudanças ocorridas no campo, dentre os quais se destacam: o aumento dos empregos não-agrícolas; o crescimento da atividade turística no campo; a combinação de distintas atividades e rendas na propriedade rural familiar; e, a expansão do fenômeno de segunda residência (GRAZIANO DA SILVA, 1999; BLANCO; BARDOMÁS, 2003; BARROS, 2003).

Para Romero (2003), o surgimento da noção de nova ruralidade e de alguns de seus desdobramentos, como é o caso da pluriatividade, coloca em evidência não somente um processo de mudança na forma de a sociologia compreender o espaço rural, mas também um questionamento sobre a validade dessa noção no contexto dos países latinos americanos. Segundo esse autor, a crítica encontra-se na novidade, ou seja, no emprego da palavra ‘nova’.

Por outro lado, no continente europeu, em que realmente as mudanças processadas no campo comprovam efetivamente a existência de novas funções sociais, com destaque ao contexto produtivo e de fornecimento de alimentos, o uso corrente da noção de nova ruralidade, principalmente por organismos e instituições públicas, reflete uma realidade propícia a seu uso e conseqüente difusão.

Para Romero (2003), o uso corrente dessa noção no âmbito dos países latinos refere-se, de maneira incisiva, como um novo caminho interpretativo de velhos problemas agrários que foram excluídos de uma perspectiva notadamente agrária. Soma-se a isso: alguns questionamentos sobre a definição de rural e sua relação com o urbano.

Um caminho interessante a ser percorrido à compreensão desse tema refere-se às mudanças assumidas pelo capitalismo em sua etapa atual, pois, de um lado, cria uma nova cidade e, de outro, um novo campo. Essa nova cidade, ou se preferir, a cidade atual, possui como características principais a diversidade e a dispersão. Esse novo campo, por sua vez, caracteriza-se pela difusão de novos valores e conteúdos intimamente ligados à demanda urbana.

De fato, ao considerar esse caminho interpretativo, é importante, antes de tudo, reconhecer alguns recortes espaciais específicos para esse tipo de interpretação, com destaque às Regiões Metropolitanas de São Paulo e de Buenos Aires cujas morfologias espaciais conformam tanto a aceleração do processo de urbanização quanto à permanência de um espaço rural em constantes transformações.

No caso de São Paulo é destacável o crescimento das áreas de segunda residência no percurso dos principais eixos viários. Para Souza (2005), alguns municípios, como é o caso de Jundiaí, situam-se numa área de espraiamento da metrópole. Somam-se, assim, alguns temas como é caso da intensa especulação imobiliária; o surgimento de condomínios irregulares e de alto padrão; e, a mercantilização da paisagem rural ainda predominante em algumas áreas.

De acordo com o responsável pela Secretaria de Planejamento do Município de Jundiaí, o principal fator impulsionador do estabelecimento desse tipo de habitação, refere-se à proximidade do referido município em relação às Regiões Metropolitanas de São Paulo e de Campinas, assim como também, sua localização em um dos principais entroncamentos viários do Estado de São Paulo.

Para o secretário, o processo de desconcentração da cidade de São Paulo, iniciado no decorrer da década de 1980, tem impulsionado de maneira significativa à expansão desse tipo

de moradia no Município de Jundiá, cujo fator explicativo é a pressão criada pelo mercado de imóveis. Contudo, segundo o secretário, tais iniciativas devem ser consideradas um problema para a cidade. Isso porque, além de segmentá-la, coexiste a criação de espaços particulares e exclusivos.

Em Buenos Aires, em que mudanças tem-se processado no âmbito das pequenas propriedades familiares, em especial dos ‘tombos’<sup>3</sup> desde os anos 1960, coexiste, por um lado, transformações de espaços rurais em urbanos e, por conseguinte, a revalorização do campo a partir de atividades não-agrícolas, dando destaque ao turismo rural. Por outro lado, muito próximo ao que ocorre em São Paulo, algumas áreas transformam-se, exclusivamente, em ‘asentamientos cerrados’, ou seja, em locais de segunda residência por parte de famílias que trabalham na metrópole, em especial, nos departamentos situados no percurso das *ruas* 2, 3, 7 e 9, como é o caso de Lomas de Zamora, Cañuelas, Moron e Belen de Escobar, respectivamente.

Igualmente, mesmo sabendo da existência de outras áreas propícias desse contexto interpretativo, como é o caso das regiões serranas no Rio Grande do Sul (Brasil), destaca-se que a complexidade dos processos existentes nessas duas áreas são os que mais se aproximam ao conjunto de mudanças ocorridas em escala européia, com destaque ao crescimento do fenômeno de segunda residência no espaço rural e o de expansão das atividades associadas ao turismo.

Portanto, considera-se que tanto fenômenos quanto mudanças processam-se de maneira intensa no espaço rural latino americano, contudo, possui especificidades quando comparado à realidade européia em que realmente há a conformação de um novo padrão de consumo do espaço em sua totalidade. Além disso, deve-se considerar que algumas análises ainda reforçam a dualidade campo-cidade sem ao menos levar em conta que são pares dialéticos de uma mesma realidade processual.

Para Bagli (2006), campo e cidade, enquanto construções sociais devem ser compreendidos a partir de uma relação dialética, pois aquilo que os opõe também os une. Para essa autora, a dicotomia campo-cidade, fortalecida pela criação de mitos, deve ser analisada no âmbito da afirmação e da negação. Esse é um caminho possível, o que ajuda a compreender seus valores e conseqüentes modos de vida (rural e urbano) e de seus respectivos atributos qualificadores: a ruralidade e a urbanidade.

### **3 – Transformações em Curso no Espaço Rural: Uma Nova Ruralidade?**

O conceito de ruralidade, amplamente utilizado pelas ciências sociais, pode ser compreendido a partir de duas concepções, a saber: a) como sinônimo de rural (SARACENO, 1996; ABRAMOVAY, 2000; VEIGA, 2004; KAGEYAMA, 1998); e, b) como expressão e manifestação das identidades de um espaço singular, o rural (WANDERLEY, 2001; TAVARES, 2003; MOREIRA, 2005; KARAM, 2006; BAGLI, 2006).

Como sinônimo de rural, a noção de ruralidade, já há muito tempo, vem sendo trabalhada de maneira marginal, ou seja, aquilo que está fora dos limites da cidade e que tende ao desaparecimento em decorrência do fenômeno urbano cada vez mais intenso. Entretanto, entende-se que a urbanização completa da sociedade não resulta no fim do rural. Na verdade, com a aceleração do tempo, a urbanização, enquanto movimento e processo, tende a ser

<sup>3</sup> Os ‘tombos’ são pequenas propriedades rurais familiares em que se desenvolve a prática da pecuária leiteira e que, desde os anos 1960, com o processo de modernização da agricultura argentina, vem sofrendo mudanças: diminuição do número e tamanho das propriedades; redução da mão-de-obra; mudanças no padrão tecnológico; desaparecimento do sistema ferroviário utilizado ao transporte do leite.

predominante e não exclusiva. A sociedade caminha para ser urbana. Explicando: para um modo de vida cada vez mais urbano.

Igualmente, é interessante dizer que o rural é composto de permanências e mudanças. Suas ruralidades mantêm-se vivas e se reproduzem embora de forma modificada para além do campo. Um olhar sobre o campo a partir da urbanidade é assim encarado de forma insolente, pois assevera a percepção de uma ruralidade modificada pelo fenômeno urbano e não pelo movimento da sociedade.

Dessa forma, ressalta-se que as transformações em curso no conjunto da sociedade não provocam e nem tem como tendência o desaparecimento do rural enquanto modo de vida e realidade territorial. Isso porque, o próprio movimento contraditório da sociedade o reproduz. O fim do rural e a ‘urbanização de tudo’ é um grande equívoco construído por compreensões que associam, de maneira incorreta, o rural, o agrícola e o agrário como sinônimos.

Para Sobarzo (2006), a relação cidade-campo tem experimentado alterações no tempo, surgindo, por sua vez, novos conteúdos. Na perspectiva desse autor, o sentido que trata Henri Lefebvre sobre a urbanização não consiste na edificação completa do mundo ou no desaparecimento do campo, é dizer, “(...) a superação da divisão entre cidade e campo não deve ser confundida com a visão – um tanto apocalíptica – do desaparecimento do campo e das atividades agrícolas e da urbanização (no sentido estrito) total do planeta” (p. 55).

Para Saraceno (1996), a ruralidade, como um conceito territorial, vem perdendo progressivamente seu caráter explicativo em virtude da recuperação de algumas áreas rurais e o declínio de algumas áreas urbanas no continente europeu. Para essa autora, o processo de dinamização de áreas rurais está relacionado a dois problemas: a) a oposição entre os espaços rurais e urbanos; e, b) o desenvolvimento de atividades não agrícolas e da pluriatividade.

Para Locatel (2004), esses dois problemas identificados por Saraceno (1996) recolocam em discussão o conceito de ruralidade, tendo em vista o caráter residual atribuído ao espaço rural e ao surgimento de uma nova dinâmica socioeconômica. Isso porque, com a intensificação das relações “torna-se cada vez mais difícil separar o rural do urbano, o que não significa que esses espaços não existam” (LOCATEL, 2004, p. 150).

A partir das contribuições de Abramovay (2000), é possível problematizar dois pontos. O primeiro diz respeito ao problema da definição de rural. Isso porque, em muitas análises o rural é tido como residual, ou seja, aquilo que está fora ou nos arredores em relação ao fenômeno urbano. O resultado dessa visão, na perspectiva do autor, é o esvaziamento do campo a cada publicação censitária, não permitindo o reconhecimento da existência de regiões rurais dinâmicas, seja no contexto dos países da OCDE, seja no Brasil. O segundo ponto, por sua vez, identifica a ruralidade como um conceito de natureza territorial e não-setorial que supõe uma relação direta com a natureza.

De um lado, é emblemático ressaltar que o trunfo das análises dualistas, que reforçam a dicotomia campo-cidade, encontra nessa primeira concepção sua base de apoio, ou seja, a ruralidade enquanto sinônimo de rural tendente a uma extinção progressiva. Na perspectiva de Moreira (2005), a construção do pensamento moderno teve a cidade e a indústria como os principais pólos de valorização da economia capitalista, colocando o campo como um lugar ‘distante’, resistente às mudanças.

De outro lado, encontra-se a segunda concepção da ruralidade, ou seja, enquanto manifestação cultural, por sua vez, carregada de sentidos e de valores específicos ao espaço rural que na atualidade extrapola limites e complementa-se com o modo de vida urbano. Tais expressões e manifestações reforçam a criação de uma ‘representação social’ desse espaço, o que não a isola do conjunto da sociedade. Explicando: como um modo de vida e categoria territorial, o rural possui particularidades, sejam culturais, sejam políticas, sejam econômicas.

Para Wanderley (2006), o rural constitui-se num universo socialmente integrado ao conjunto da sociedade, possuindo uma realidade própria por possuir um espaço físico

diferenciado e ser, ao mesmo tempo, um lugar da vida. Na perspectiva de Moreira (2005), as ruralidades correspondem às relações específicas (culturais, sociais e políticas) dos moradores do campo.

Entretanto, como bem lembra Moreira (2005), falar de ruralidade é também falar de seu par dialético: a urbanidade. Esse híbrido, como é o caso do par campo-cidade, ilustra as relações sociais contemporâneas, imbuídas de trocas e fluxos materiais, imateriais e culturais. Desse modo, as ruralidades se desenvolvem, também, nos espaços urbanos e as urbanidades podem se desenvolver nos espaços rurais. Essa é a dialética da sociedade, que transforma e preserva a existência dos espaços onde se vive e lê o mundo (WANDERLEY, 2006).

A ruralidade como uma construção histórica (WANDERLEY, 2006), deve ser compreendida a partir da existência de identidades. Para Moreira (2005), as identidades equivalem à expressão de múltiplas ordens que se relacionam por meio de redes materiais e afetivas. Para esse autor, a identidade rural requer a existência de uma identidade que não seja rural: a identidade urbana.

Essa afirmação assevera a idéia que aqui vem sendo construída. Como categorias do pensamento, campo e cidade são entendidos como um par dialético que necessitam um do outro para explicar-se mutuamente e destacar suas funções (LOCATEL, 2004). Para Bagli (2006, p. 68) “nem tudo o que existe no campo é rural, nem tudo o que há na cidade é urbano” e segue, “(...) quando o outro é negado pelo o que não possui, é ao mesmo tempo afirmado pelo que possui de peculiar. A busca pelo outro é sempre uma busca pelo o que não se tem em seus espaços de origem”.

Essa perspectiva da ruralidade enquanto manifestação de identidades anula o sentido prático da primeira concepção, a qual identifica rural e ruralidade como sinônimos. Como já foi mencionado, o principal equívoco construído por parte dos pesquisadores em relação ao conceito de ruralidade é sua associação direta à agricultura. Ao utilizarem a agricultura como o único critério definidor dos espaços rurais e das ruralidades, reforça-se a dicotomia campo-cidade, entendendo-os como espaços distintos.

Assim, volta-se ao início do texto quando se ressaltou as mudanças ocorridas na escala europeia a partir das reformas da PAC e, em especial, no reconhecimento de alguns temas importantes como é o caso da pluriatividade, da multifuncionalidade do espaço rural e sua associação com a natureza, e sua difusão no âmbito dos países latinos americanos a partir de pesquisa rurais em fins dos anos 1990.

A combinação desse conjunto de elementos, em especial a partir dos anos 1980, tem acarretado em emergentes análises sobre a dinâmica rural. Para alguns autores, essa nova realidade coloca em evidência não somente a crise das noções de rural e de ruralidade como instrumentos de análise territorial, mas a emergência de uma nova ruralidade (WANDERLEY, 2000; KARAM, 2006).

Para Karam (2006), as novas ruralidades devem ser compreendidas no contexto das recentes transformações ocorridas no meio rural a partir dos anos 1980 e na sua relação com o espaço urbano. Dentre os aspectos imbuídos no processo de construção de uma nova ruralidade destaca-se o renascimento rural oriundo da construção de uma ruralidade contemporânea impulsionada, especialmente, pela crescente valorização do campo. Esses aspectos conformam um novo significado ao espaço rural.

De fato, algumas mudanças tornaram-se evidentes e o espaço rural vem sofrendo significativas transformações, mormente, em relação ao uso do solo, uma vez que o rural não pode ser mais entendido como sinônimo de agrícola em decorrência de outros serviços e funções (moradia de segunda residência, lazer periurbano, indústria, consumo da natureza e turismo rural). O espaço rural, nessa perspectiva de análise, é um híbrido de velhas e novas funções.

Nessa perspectiva de análise, é possível esclarecer dois pontos com relação ao uso corrente da noção de nova ruralidade. Com respaldo na primeira perspectiva, ou seja, aquela em que a ruralidade e o espaço rural são entendidos como sinônimos, o resultado é a conformação de um novo espaço rural. No Brasil, o autor que mais tem avançado nessa discussão é Graziano da Silva (1999).

Para Graziano da Silva (1999), o desenvolvimento da pluriatividade, o crescimento das ocupações rurais não-agrícolas e a proliferação das moradias de segunda residência reforçam a idéia de um novo espaço rural resultante do processo de urbanização do campo iniciado com os processos de industrialização e de modernização da agricultura, sendo composto, portanto, de três principais grupos de atividades: a) o desenvolvimento de uma agricultura moderna; b) o desenvolvimento das atividades não-agrícolas; e, c) o conjunto de novas atividades agropecuárias.

Para Locatel (2004), há pouco de novo no meio rural brasileiro. Para esse autor, a principal diferença de outrem é a forma como tais atividades se manifestam no território, possuindo, além de novas características, uma nova intensidade. Seguindo a análise do autor: o que existe é uma diversidade do espaço rural cada vez mais complexa e a intensificação de fenômenos que até então eram pouco relevantes. Ainda para o autor, a idéia de um novo rural reforça as dicotomias, existindo, portanto, uma nova ruralidade e não um novo espaço rural.

Em relação à leitura da ruralidade enquanto manifestação e expressão de valores e identidades do espaço rural, o surgimento da noção de nova ruralidade, ainda em construção, apresenta, segundo a perspectiva de Moreira (2005), o convívio com ruralidades desconstruídas e desaparecidas no tempo e no espaço. Para esse autor, a emergência de uma nova ruralidade revela não somente a criação de novas identidades, mas um conjunto de novas relações com o espaço urbano. Esse pensamento em construção contrapõe-se as teses do fim do rural, propondo novos desafios aos pesquisadores da relação campo-cidade que, em decorrência desse conjunto de mudanças, se apresenta mais complexa do que no passado (QUEIROZ, 1979).

Assim, com o objetivo de problematizar o uso corrente da nova ruralidade e de sua relação direta com as mudanças ocorridas nos espaços rurais identificou-se dois caminhos interpretativos que se complementam mutuamente. O primeiro caminho interpretativo das mudanças ocorridas no espaço rural e ao uso corrente da noção de nova ruralidade refere-se à leitura territorial das relações estabelecidas entre os espaços rural e urbano proposto por Romero (2003).

Romero (2003), ao propor reflexões sobre o uso da nova ruralidade destaca que a ruptura paradigmática entre o rural e o agrário elimina de um lado uma visão reducionista e, de outro, possibilita repensar novos caminhos ao desenvolvimento regional no contexto dos países latinos, pois pode “(...) permitir descobrir elementos tímidamente emergentes en los territorios rurales y redescubrir fenómenos de magnitud importante, que quedaron encubiertos por la visión extremadamente agraria de las ultimas décadas” (p. 02).

Contudo, como afirma Romero (2003), “el análisis territorial no deja de lado las dinámicas sociales y de producción agraria que se desarrollan en el término, pero, no hace de ellas el eje exclusivo de análisis” (p. 02). Ainda conforme o autor, essa leitura requer a constatação empírica da existência de uma rede de relações sociais não exclusivamente agrárias, como é o caso dos tipos de ocupações do solo e do emprego. Esse conjunto de inter-relações somadas a dinâmica agrária identifica novidades nas dinâmicas territoriais entre os espaços rural e urbano.

Bagli (2006), por sua vez, propõe uma análise a partir das territorialidades. Para essa autora, campo e cidade são construções sociais que se caracteriza por seus conteúdos, que os qualificam. Na perspectiva dessa autora, a ruralidade e a urbanidade são os atributos qualificadores dessas construções sociais (campo e cidade) e de seus respectivos conteúdos



sociais (modos de vida) e que na atualidade (tanto os conteúdos quanto seus atributos) extravasam as fronteiras entre o campo e a cidade. As ruralidades desenvolvem-se na cidade e as urbanidades invadem o campo.

Explicando: “o morador da cidade que busca o campo para viver dentro de um condomínio de luxo, por exemplo, não se destitui de seu modo de vida urbano. O que ele busca é aproveitar das ruralidades sem destituir-se de seus hábitos” (BAGLI, 2006, p. 68). Isso porque, a realidade desse morador continua sendo a cidade, uma vez que sua permanência está calcada nas diferenças, nas amenidades.

É nesse sentido que a noção de territorialidade ajuda a compreender a dinâmica cidade-campo-cidade no período atual, requerendo, por parte do investigador, uma leitura integradora dos fenômenos e processos estabelecidos espacialmente. O vai-e-vem de pessoas do campo para a cidade a trabalho é um indício de que as urbanidades espraiam-se pelo campo. Por outro lado, conteúdos rurais desenvolvem-se nas áreas urbanas. Um híbrido espacial. O encontro de tempos e lógicas diferenciadas.

#### 4 – Considerações Finais

O propósito deste texto foi apresentar uma análise da relação campo-cidade tendo como ponto de partida às análises das recentes transformações ocorridas no espaço rural em escala européia e também latina. De fato, questionou-se a visão dicotômica entre campo e cidade, demonstrando que são realidades socialmente construídas e que na atualidade complementam-se a partir de suas diferenças em uma relação contraditória. Igualmente, foi possível esclarecer como algumas teorias reforçam tal visão dicotômica, uma vez que se desenvolvem e privilegiam, em suas análises, o universo urbano em detrimento do rural.

A nova ruralidade como um conceito em construção, deve ser compreendida a partir da representação social, ou seja, dos valores, conteúdos e identidades culturais inerentes ao espaço rural. Contudo, em decorrência da intensificação das relações entre o campo e a cidade, pode-se falar em ruralidades no espaço urbano e de urbanidades no espaço rural. O movimento contraditório da sociedade explica essa nova realidade que se manifesta tempo e espacialmente.

#### 5 – Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, R. **Funções e Medidas da Ruralidade no Desenvolvimento Contemporâneo**. Texto para discussão nº. 702. IPEA, 2000.

BAGLI, P. Rural e Urbano: Harmonia e Conflito na Cadência da Contradição. *In*: SPOSITO; M. E. B.; WHITACKER, A. M. (org.); **Cidade e Campo – Relações e Contradições entre Urbano e Rural**. Expressão Popular; Coleção Geografia em Movimento, p. 131 – 155. 2006.

BARROS, C. Neorruralidad, Empleo y Organización Territorial al Sudoeste del Área Metropolitana de Buenos Aires. *In*: **Anales Terceras Jornadas PIEA**. Facultad de Ciencias Económicas – UBA (Universidad de Buenos Aires), 2003.

BLANCO, M.; BARDOMÁS, S. Articulación de Ocupaciones Agrícolas y no Agrícolas e Ingresos de los Hogares Rurales. Un Estudio Comparativo de Pequeños Productores de las Provincias de Chaco y Misiones. *In*: **Anales Terceras Jornadas PIEA**. Facultad de Ciencias Económicas – UBA (Universidad de Buenos Aires), 2003.

CONTINI, E. Agricultura e Política Agrícola Comum da União Européia. *In: Revista de Política Agrícola*. Ano XIII, nº 1, jan / fev / mar, 2004.

GRAZIANO da SILVA, J. **O Novo Rural Brasileiro**. 2. ed. Ed. Unicamp. Campinas: 1999 (Coleção pesquisas).

KAGEYAMA, A. Pluriatividade e Ruralidade: Alguns Aspectos Metodológicos. *In: Revista de Economia Aplicada*. 1998, 2 (3): 515 – 551.

KARAM, K. F. **A Agricultura Orgânica como Estratégia de Novas Ruralidades: Um Estudo de Caso na Região Metropolitana de Curitiba**. Texto da internet. Acesso em 19 de setembro de 2006.

LIMA, E. N. de Novas Ruralidades, Novas Identidades. Onde? *In: MOREIRA, J. R. (org). Identidades Sociais: Ruralidades no Brasil Contemporâneo*. DP&A editora; p. 41 – 64, 2005.

LOCATEL, C. D. **Modernização da Agricultura, Políticas Públicas e Ruralidade: Mudanças e Permanências na Dinâmica Rural das Microrregiões de Jales e de Fernandópolis – SP**. 2004. p. 358 – 384. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente

MOREIRA, J. M. Ruralidades e Globalizações: Ensaio de uma Interpretação. *In: MOREIRA, J. R. (org). Identidades Sociais: Ruralidades no Brasil Contemporâneo*. DP&A editora; p. 15 – 40, 2005.

QUEIROZ, M. I. P. de. Do Rural e do Urbano no Brasil. *In: SZMRECSÁNYI, T.; QUEDA, O. (Orgs.). Vida Rural e Mudança Social: Leituras Básicas de Sociologia Rural*. Nacional. São Paulo, 1979, p. 160 – 176.

ROMERO, J. Empleo No-Agrícola en Uruguay su Impacto Territorial: Una Primera Aproximación. *In: Anais Terceras Jornadas PIEA*. Facultad de Ciencias Económicas – UBA (Universidad de Buenos Aires), 2003.

SARACENO, E. **O Conceito de Ruralidade: Problemas de Definição em Escala Européia**. Programa de Seminários INEA – Desenvolvimento nas áreas rurais, 1996.

SCHNEIDER, S. **Agricultura Familiar e Industrialização: Pluriatividade e Descentralização Industrial no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999, p. 179 – 190.

SOBARZO, O. O Urbano e o Rural em Henri Lefebvre. *In: SPOSITO; M. E. B.; WHITACKER, A. M. (org.); Cidade e Campo – Relações e Contradições entre Urbano e Rural*. Expressão Popular; Coleção Geografia em Movimento, p. 131 – 155, 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do Desenvolvimento Urbano**. Bertrand Brasil, segunda edição, Rio de Janeiro, 2005.

TAVARES, L. A. As Fronteiras Físicas do Espaço Rural: Uma Concepção Normativo-Demográfica. *In: RA`EGA, N. 7, P. 33–46*. Curitiba, Editora UFPR. 2003.

TEUBAL, M. Globalización y Nueva Ruralidad en América Latina. *In*: GIARRACCA, N (org). **Una Nueva Ruralidad en América Latina?** Buenos Aires, CLACSO/ASDI, 2001, p. 45 – 65.

VEIGA, J. E. da. Destinos da Ruralidade no Processo de Globalização. *In*: **Estudos Avançados**, nº 18 (51), 2004, p. 51 – 67.

WANDERLEY, M. de N. B. A Ruralidade no Brasil Moderno. Por um Pacto Social pelo Desenvolvimento Rural. *In*: GIARRACCA, N. (org.). **Una Nueva Ruralidad en América Latina?** Buenos Aires, p. 31 – 44: 2001.

\_\_\_\_\_. **A Ruralidade no Brasil Moderno. Por um Pacto Social pelo Desenvolvimento Rural.** Acesso Internet. 12 de fevereiro de 2006.

Recebido para publicação em 03 de novembro de 2008.  
Aceito para publicação em 25 de fevereiro de 2009.